

Brasil espera evitar retaliação comercial

CHRISTINA VELHO

Brasil e Estados Unidos esperam que o encontro do próximo final de semana, em Bruxelas, entre seus interlocutores, resulte em um acordo que evite possíveis retaliações do governo norte-americano às exportações brasileiras. Nesta provável última rodada de negociações as delegações dos dois países serão bastante reduzidas, o que indica, para o Itamaraty, que o encontro será decisivo. O embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima chefiará a delegação brasileira que terá apenas mais dois membros: seu chefe de gabinete, ministro Carlos Augusto Santos Neves, e o secretário-executivo da SEI, José Ezil Veiga da Rocha. O interlocutor norte-americano, Clayton Yeutter, também será acompanhado de apenas dois assessores.

O Brasil leva para as conversações o projeto de regulamentação do software, e logístico, o que aumenta seu cacife nas negociações. Yeutter repetidas vezes lembrou aos brasileiros que essa seria a regulamentação mais adequada para o software. O Brasil, segundo o governo, não cedeu às pressões dos EUA escolhendo este sistema de proteção dos direitos autorais.

Desde o anúncio da decisão do presidente norte-americano, Ronald Reagan, em 6 de outubro, de adiar sua palavra final até 31 de dezembro, sobre possíveis retaliações de seu governo às exportações brasileiras, em função da reserva de mercado para informática, o Itamaraty prepara um grande estudo sobre o assunto. Neste trabalho, os assessores do embaixador Paulo Tarso não eliminam a hipótese das retaliações, como indicam o pequeno, mas possível troco brasileiro. O estudo examina tam-



21/01/82

Lima chefia delegação

bém a relação entre a manutenção da reserva de mercado, as possíveis retaliações e a renegociação da dívida externa brasileira.

O Itamaraty, como todo o resto do País, está dividido quanto à questão. Há diplomatas que defendem a abertura do mercado brasileiro de informática e há outros que acreditam ser a reserva o único caminho para a independência do Brasil no setor. A posição do governo, no entanto, tem sido, durante as conversações com os EUA, a de que a reserva é intocável, uma vez que é lei aprovada pelo Legislativo. O embaixador Paulo Tarso repetirá isso a Yeutter, mas, dessa vez, terá nas mãos um projeto de lei que mostrará aos norte-americanos que, na aplicação, a lei brasileira não é tão inflexível quanto parece ser.

O embaixador levará também para as conversações a lista negativa de produtos — para os quais a SEI não exige registro. Mas os norte-americanos têm solicitado a lista de produtos para os quais a SEI quer o registro.

(Brasília/Ag. Estado).